



RESENHA

**Movimentos sociais, educação e emancipação: o caso do movimento negro brasileiro**

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, 149 p., ISBN: 978-85-326-5579-0.

**Resumo**

A obra “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, de autoria de Nilma Lino Gomes, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) faz uma reflexão sobre como o movimento negro brasileiro é responsável por sistematizar e produzir saberes, através de suas lutas por emancipação. Estes saberes reeducam a população brasileira, sobretudo no que diz respeito às relações étnico-raciais, e sustentam a demanda e implementação de uma série de políticas públicas que visam a promoção da igualdade étnico-racial. O livro revela uma forma diferenciada de apreender os movimentos sociais como educadores que forjam potencialidades emancipatórias em uma constante tensão com formas de regulação social.

**Palavras-chave:** movimentos sociais, movimento negro, educação, emancipação.

**Matheus Silva Freitas**

Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Integrante do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB Viçosa) e do Grupo de Estudos em Educação, Gênero e Raça (EDUCAGERA).  
*E-mail:*  
[freitassmat@gmail.com](mailto:freitassmat@gmail.com)

O entendimento de que os movimentos sociais são educadores e que dispõem um caráter educativo, é uma discussão presente em parte da literatura sociológica. De acordo com Gohn (2011, p. 333) os movimentos sociais são “fontes de inovação e matrizes geradoras de saber”, de tal forma que constroem uma relação de ensino-aprendizagem tanto com seus participantes, quanto com instituições educacionais e com a sociedade em geral.

A constatação da profunda relação entre o movimento negro brasileiro e a educação também é refletida em algumas pesquisas. Santos (2014), por exemplo, ao traçar um percurso histórico dos movimentos negros no Brasil desde a abolição da escravidão até o princípio do século XXI, concluiu que a educação foi uma das constantes demandas, reivindicações e prioridades das organizações negras. Segundo este autor, apesar da diversidade de ações e prismas ideológicos, os movimentos negros são unânimes na educação enquanto um bem primordial, no sentido de que “a busca por igualdade coincide com a busca por educação de qualidade para todos” (SANTOS, 2014, p. 275).

Em “O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação”, Nilma Lino Gomes, pesquisadora e professora da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-ministra das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016), discute como o movimento negro brasileiro é responsável por sistematizar e produzir saberes, através de suas lutas por emancipação. Estes saberes reeducam a população brasileira, sobretudo no que diz respeito às relações étnico-raciais, e sustentam a demanda e implementação de uma série de políticas públicas que visam a promoção da igualdade étnico-racial<sup>1</sup>.

A autora parte da premissa de que os movimentos sociais são verdadeiros pedagogos nas relações sociais e políticas e que produzem e articulam saberes emancipatórios (GOMES, 2017, p. 16). No caso dos conhecimentos sobre relações étnico-raciais, em especial, sobre a história, cultura e situação social da população negra, Gomes demonstra como o movimento negro foi atuante ao difundi-los. Além disso, no âmbito educacional, o que o movimento negro produziu indaga a teoria educacional, isto é, a forma de pensar a educação.

A autora entrelaça a história do movimento negro junto aos conceitos e reflexões do seu orientador de pós-doutorado, o pesquisador Boaventura de Sousa Santos. Ao longo do livro critica-se as estruturas coloniais e violentas expostas principalmente pela ciência moderna e sugere-se pensar em epistemologias do sul, ecologia dos saberes e pensamentos pós-abissais.

Em seu primeiro capítulo, o livro traz uma reflexão sobre o que são os movimentos negros, que são entendidos pela autora como as diversas formas de organização de negros/as que apresentam uma postura política explícita de combate ao racismo (GOMES, 2017, p. 23). Ao assinalar o

---

<sup>1</sup> Podemos destacar a Lei 10.639/03, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio, alterada pela Lei 11.645/08 ao incluir a história e cultura dos povos indígenas, assim como a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010 (Lei 12.228); em 2012 a aprovação de cotas para estudantes de escola pública pretos, pardos e indígenas nas instituições de ensino superior (Lei 12.711) e em 2014 a aprovação de cotas para negros (pretos e pardos) nos concursos públicos (Lei 12.990).

movimento negro como produtor de diferentes experiências sociais que circundam as relações étnico-raciais, a autora reconhece este como sujeito de conhecimento.

Dentre as principais características desse movimento no território brasileiro, ao menos duas se destacam. Primeiro, o protagonismo de suas ações no sentido de politizar a raça como construção social. Ao politizar a raça o movimento negro passa a entendê-la como potência emancipatória e não como uma regulação conservadora que atua na inferiorização dos sujeitos. E segundo, um entendimento da educação como um espaço-tempo para emancipação. A trajetória histórica demonstra que as principais reivindicações do movimento negro se direcionam à educação, principalmente porque se trata de “um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras” (GOMES, 2017, p. 24).

O segundo capítulo, apesar de breve, apoia-se na sociologia das ausências e emergências proposta por Boaventura de Sousa Santos que consiste em “demonstrar que aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não existente” e ao mesmo tempo realizar uma “investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (GOMES, 2011, p. 40-41). De modo análogo à essas concepções, a autora se dirige ao campo educacional para pensar em pedagogias das ausências – que denunciam e reivindicam mudança na situação de discriminação, desumanização e silenciamento - e das emergências de potencialidades de emancipação e libertação. Nesse caminhar, ela relembra o pensamento de Paulo Freire ao destacar a educação como humanização, e logo, como um projeto emancipatório possível, chave compreensiva que toma corpo ao longo do livro.

Já no terceiro capítulo, Gomes aprofunda as discussões sobre a relação entre o movimento negro e educação, compreendendo uma instabilidade e tensão, sobretudo com a pedagogia escolar que é constantemente indagada pela pedagogia do movimento negro. Esta tensão do conhecimento escolar-científico com outras formas de conhecer, segundo a autora, prejudica as instituições educacionais. As escolas e universidades acabam por desperdiçar os conhecimentos advindos das lutas por emancipação. Para que isso seja resolvido, ou ao menos evitado, Gomes sugere um diálogo horizontal entre conhecimentos e saberes, denominado pelo pesquisador Boaventura de Sousa Santos por ecologia de saberes. A partir disso é possível superar e se afastar do pensamento abissal, ou seja, o pensar que “despreza, desqualifica e separa saberes e conhecimentos produzidos fora do eixo Norte do mundo” e também do epistemicídio, isto é, “a morte do conhecimento e dos sujeitos que o produzem” (GOMES, 2011, p. 54-55).

A noção de emancipação que circula em todo o livro é discutida no quarto capítulo. À luz das contribuições de Boaventura de Sousa Santos, a autora explicita como a modernidade ocidental é constituída por uma tensão dialética entre a regulação e a emancipação social. A partir disso, vê-se duas formas de conhecimento: o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. Enquanto o primeiro diz respeito apenas à ciência moderna, o segundo se expressa através do ato de conhecer vinculado ao saber, onde teoria e experiência prática são duas formas diferentes de sistematizar conhecimento. Nesta última forma, o conhecimento científico é apenas uma das formas de saber.

Os saberes produzidos pela população negra e que são politicamente sistematizados pelo movimento negro são criações e recriações que significam, nas palavras da autora, “a intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionada dos negros e negras ao longo da história, na vida em sociedade, nos processos de produção e reprodução da existência” (GOMES, 2017, p. 67).

Gomes apresenta três tipos desses saberes, que são construídos de forma articulada, mas que para fins didáticos ela os apresenta separados em suas especificidades: os identitários, os políticos e os estético-corpóreos. Os saberes identitários referem-se à uma politização da raça e da identidade negra. Os políticos reportam-se à forma como as desigualdades e discriminações raciais, bem como o racismo e a raça são tematizados em diferentes espaços como universidades e órgãos governamentais. A autora chama atenção para o movimento de mulheres negras que também produz e sistematiza saberes políticos ao refletir sobre a condição social a qual as mulheres negras estão submetidas a partir da interseccionalidade da raça com gênero.

Já os saberes estético-corpóreos direcionam-se às corporeidades com uma politização da estética negra, onde corpo e cabelo se apresentam como “importantes símbolos de construção da identidade negra” (GOMES, 2017, p. 76). A autora argumenta que estes saberes conformam uma ecologia do corpo e do gosto estético, pautados na positivação da beleza negra em sentido simbólico e político. Os saberes estético-corpóreos do movimento negro, portanto, chocam-se com a monocultura do corpo e do gosto estético que define um padrão estético direcionado ao superior, belo e aceitável a partir da branquidade (GOMES, 2017, p. 81).

Estes saberes ganharam maior visibilidade no Brasil a partir dos anos 2000 devido a discussão e implementação de políticas de ação afirmativa, em especial as cotas para negros/as no ensino superior, demandadas pelo movimento negro. Segundo a autora, as organizações negras rebateram e superaram interpretações contrárias e preconceituosas sobre esse tipo de política,

tornando um aprendizado para o movimento, assim como para as universidades, dispositivos midiáticos, judiciário e para a sociedade em geral.

Uma reflexão sobre o corpo e a corporeidade negra é tecida ao longo do quinto capítulo através da tensão entre regulação e emancipação. No entendimento da autora, existe o corpo negro regulado por opressão e o corpo negro emancipado por libertação. Nesse sentido, há uma tensão regulação-emancipação dos corpos negros e é a educação escolar um dos principais espaços que enunciam discursos reguladores sobre estes corpos. Gomes demonstra que o movimento negro como um agente e sujeito de conhecimento procura transformar em emancipação o que o racismo sempre tornou regulação do corpo negro (GOMES, 2017, p. 99).

Mais a diante essa reflexão se fortifica quando a autora interpreta, no sexto capítulo, três exemplos dos entrelaçamentos das relações raciais com educação a partir das complexidades entre processos de regulação e emancipação.

A abolição da escravidão em 1888 é um dos temas exemplificados. É fato que a abolição representa uma libertação para a população negra escravizada, isto é, constitui-se uma potencialidade emancipatória frente a escravidão. Entretanto, esta revogação oficial da escravidão não foi realizada junto a medidas que buscassem a inserção social da população negra liberta, assim confirmando a sua dimensão reguladora.

Nesse caso, o movimento negro, sobretudo após os anos de 1970, passou a interpretar politicamente o 13 de maio, dia que ocorrera em 1888 a assinatura da Lei que extinguiu a escravidão, como o “Dia Nacional de Luta contra o Racismo”. Em contraposição a essa data o movimento apresentou o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, dia da morte de Zumbi dos Palmares, líder do quilombo dos Palmares.

O segundo tema analisado pela autora é a estética negra, entendida como uma construção política da expressão “beleza negra” realizada pelo movimento negro. Tal estratégia emancipatória frente às dinâmicas racistas da associação entre “beleza e branquidade” e “fealdade e negritude” (GOMES, 2017, p. 110) também pode passar a ser reguladora. Em um contexto de globalização capitalista o mercado acaba por regular os símbolos relacionados a beleza negra ocorrendo, às vezes, um esvaziamento do seu sentido político, transformando estes símbolos em mercadorias (GOMES, 2017, p. 111).

Por fim, a autora exemplifica que as ações afirmativas são em si um dos saberes estético-corpóreos que o movimento negro conquistou nos 15 últimos anos e que vem alterando a paisagem das universidades e por conseguinte, propiciando mudanças no próprio conhecimento científico.

Isso se dá, pois, as juventudes negras que adentram as instituições de ensino superior a partir destas políticas são “sujeitos sociais concretos com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país” (GOMES, 2017, p. 114). Por esse ângulo, as ações afirmativas constroem um caráter e saber emancipatório que questiona estruturas reguladoras, brancas e coloniais das universidades brasileiras.

E são estas possibilidades emancipatórias advindas dos saberes acima relacionados que constroem subjetividades desestabilizadoras. No sétimo e último capítulo, Gomes (2017) discute como estas subjetividades desestabilizam o imaginário racista pois os saberes construídos são inconformistas e rebeldes com a realidade opressora.

A autora ainda aponta que umas das principais dificuldades desta luta está na articulação com outras ações emancipatórias. A sugestão é que os diversos movimentos sociais de caráter progressista (dos Trabalhadores Sem Terra; de Mulheres Negras; Indígena; LGBT; Feminista; Sindical e Negro) se unam, mantendo suas fronteiras, em trânsito livre com alta capacidade de comunicação e cumplicidade. Assim, é possível estar conectados, na construção de uma emancipação social conjunta, tendo em vista a existência de um “alvo comum contra o qual os movimentos sociais lutam para superar: o caráter violento do capitalismo global, alimentado pelas várias formas de discriminação e pela colonialidade do poder” (GOMES, 2017, p. 122).

A obra “O movimento negro educador” tem enorme importância no campo dos estudos sobre movimentos sociais pois nos chama atenção para a potencialidade epistemológica construída nos e pelos movimentos sociais. As reflexões tecidas por Gomes apontam para o que Hooks (1995, p. 466) denomina enquanto a teoria como uma prática de liberdade, na perspectiva que “o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas, que passariam de objeto a sujeito, que descolonizariam e libertariam suas mentes”.

De modo geral, o livro revela uma forma diferenciada de compreender os movimentos sociais e as lutas por emancipação como educativas e, sobretudo, como sistematizadoras e construtoras de saberes que sustentam, por exemplo, tanto a demanda e implementação de políticas públicas quanto algumas mudanças e inovações para e no conhecimento científico.

A partir da experiência do movimento negro, a autora reflete como os confrontos políticos protagonizados por movimentos sociais emergem um arsenal de conhecimentos que reverberam no

tecido social. Gomes adverte ainda que a construção e difusão dos saberes emancipatórios podem ser apropriados por mecanismos de regulação social.

Todavia, a obra carece de um olhar mais cauteloso e sensível para a maneira como os conhecimentos forjados nas lutas empreendidas pelo movimento negro foram sendo alterados e moldados por outras forças sociais e políticas, principalmente para a implementação de políticas públicas.

Ademais, é uma leitura aconselhável para quem procura conhecer e refletir um pouco mais, a partir do exemplo do movimento negro brasileiro, como os “movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (GOMES, 2017, p. 28).

### Referências bibliográficas

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-351, 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*. IFCS/UFRJ & PPCCIS/UERJ. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em 25 nov. 2018.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Educação: um pensamento negro contemporâneo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

*Recebido em: 31 de janeiro de 2019*

*Aceito em: 20 de julho de 2019*